

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS IMPACTOS NO DECORRER DOS ANOS.

Daniela Peccin¹; Andreza Olivieri Lopes Carmignolli²; Luiza Gomes Brandão³; Larissa Flôres Vasques⁴; Renata Pimentel Soares de Barros⁵

1 INTRODUÇÃO

A história no campo da Educação Infantil é marcada por grandes movimentações e conquistas legais, estruturais e organizacionais. O caminho que mais se destaca em busca de um ensino de qualidade para essa etapa da educação e para o foco deste artigo, é o da constante construção de políticas públicas e das concepções curriculares, subsidiadas por pressupostos teórico-práticos que visam a superação do assistencialismo e reconhecimento do papel fundamental educativo das creches e pré-escolas, bem como a prática dos professores desta etapa de ensino.

Tomando dois pontos principais como partida legal, a Constituição Federal de 1988, onde a Educação Infantil no Brasil deixa de estar associada somente à política de assistência social e dessa forma, o atendimento em creches e pré-escolas de crianças de zero a seis anos de idade se tornou um direito da criança, opção da família e dever do Estado e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que elege esta etapa de ensino como a primeira etapa da Educação Básica, existe de maneira crescente e cada vez mais profunda, desde a década de 80, um estímulo à debates científicos envolvendo o aprimoramento para assegurar o direito de uma educação de qualidade a essas crianças (BARBOSA, 2008).

Este trabalho analisa através de bibliografias a particularidade da trajetória de constituição dos preceitos curriculares da Educação Infantil e seu impacto no decorrer dos anos no dia a dia dentro das instituições. É fundamentada nas legislações e nas possibilidades e limites que com o decorrer do tempo, se fizeram presentes nas ações, a fim de reafirmar a singularidade desta etapa, assegurando um ensino de qualidade.

2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar a trajetória de constituição das políticas públicas e os preceitos curriculares voltados para a educação infantil, bem como

comparar os impactos dessas políticas no decorrer dos anos no atendimento dessa etapa de ensino.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada nesse trabalho será de abordagem qualitativa e terá como instrumento, a revisão bibliográfica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Educação Infantil brasileira inicia um processo de reconhecimento enquanto direito da criança a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Oliveira (2017), ao falar do processo de aprendizagem na primeira infância, acredita que é necessário mudar as representações de professores que desprezam as variadas formas de aprendizagem que a criança de zero a seis anos de idade realiza. Fica evidente que se busca superar a visão assistencialista que tradicionalmente marca a história da educação das crianças pequenas.

Em 1996, o sancionamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), legislação essa, que regulamenta o sistema educacional brasileiro em todos seus níveis, integrou a Educação Infantil à Educação Básica.

A LDB 9394/96 apresenta a educação infantil da seguinte maneira:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

Em toda essa busca pelo cumprimento dos direitos públicos das crianças, recentemente, discute-se a condição de qualidade nesse atendimento.

Em 1998 foram publicados os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que tinham por objetivo

contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. Sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais. (BRASIL, 1998, p.13)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) explicitam a constituição das creches e pré-escolas, como estabelecimentos educacionais para crianças de zero a cinco anos de idade, que educam através de profissionais que tenham formação específica e legal, opondo-se as funções de caráter assistencialista e que cuidem das crianças de maneira que atenda todas as suas necessidades básicas.

Por fim a discussão para a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está em andamento desde 2014, posterior a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), criado pela lei 13.005/14. De acordo com o MEC, a BNCC se constitui essencialmente, de propostas feitas para a efetivação de uma educação feita com qualidade, formando o indivíduo social de maneira integral.

Como explicitado, é recente o reconhecimento de que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica. O estudo sobre a criança menor de 7 anos de idade, também, é recente nos cursos de formação de docentes.

Além do curto período histórico de valorização e interesse pela educação das crianças pequenas, cabe sinalizar que as razões pelas quais as creches foram criadas, também, influenciam na maneira como a sociedade entende essa etapa da educação.

Analisando diretamente documentos que relatam sobre a materialidade dessas políticas nas instituições de ensino, em sua defesa de doutorado, BARBOSA, 2008, ao analisar o cotidiano de algumas CERs em Araraquara, identificou que após tantos anos de ações que visavam sempre a melhoria no atendimento de qualidade das pré-escolas, as práticas pedagógicas se encontravam desorganizadas, sem clareza dos objetivos e com atendimento voltado apenas para o cuidado da criança. Voltava uma visão assistencialistas que intercalavam a maior parte do tempo com a rotina, essa com ausência de intencionalidade educativa.

Uma das estratégias adotadas para a revisão das concepções teóricas dos professores, a partir de 2012, foram novos encontros de formação continuada, reformulados e com o apoio de novas parcerias que tinham por objetivo principal contribuir para uma adequação e melhoria no trabalho educativo e novas propostas curriculares.

A insuficiência das diretrizes ali esboçadas e a persistência de práticas assistemáticas levaram a equipe técnica a buscar uma nova parceria com uma docente do departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Araraquara. O objetivo era construir indicações teórico-metodológicas que sustentassem o ensino como cerne de práticas pedagógicas comprometidas com a formação integral das crianças. Nesta direção a partir de 2012 desencadeou-se um conjunto de ações: cursos de extensão oferecidos a professores da rede; grupo de estudos com a equipe

técnica da secretaria de educação das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica e finalmente a criação do Programa de Formação Continuada de Professores e Educadores denominado Cresça e Apareça. (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 151-152).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da Educação Infantil passou por inúmeras transformações, mudanças e inovações. Hoje, ele continua se transformando a cada dia para conseguir assegurar todo o direito que a criança tem sob aquele espaço. As conquistas na área de reconhecimento da criança e como sua história foi construída, nos marcos legais que passaram a acontecer depois do questionamento das singularidades da infância, bem como a ampliação dos espaços educativos, são os primeiros passos para a contínua promoção de debates e pensamentos críticos acerca do que envolve o bom funcionamento dessas escolas.

Com novas concepções formadas e início da implementação de algumas conquistas, como o ensino para crianças de zero a seis anos, Araraquara ampliou significativamente suas unidades de Centro de Educação e Recreação, já subsidiadas pelo Departamento de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social, e a Diretoria de Educação e Cultura, deixando para traz o suporte assistencialista e higienista em que as creches eram desenvolvidas. É de se exaltar o comprometimento e iniciativa, comparando com instituições de outras regiões.

No que tange a efetividade das iniciativas com o decorrer do tempo, é claro que as dificuldades, retrocessos e recomeços fazem parte de uma história que está sendo construída cada dia mais a partir da ciência e dos embates existentes que movem esse aprendizado.

As escolas do município de Araraquara, município analisado na bibliografia, ao se mostrarem desalinhadas com as propostas curriculares e as práticas pedagógicas, precisaram e fizeram novas parcerias e projetos para o investimento em novas formações continuada para os professores dessa etapa do ensino, levando em consideração a singularidade dos saberes docentes de cada um, os saberes sociais já internalizados deles e a realidade de cada professor, sala de aula e unidade escolar.

Em uma última análise, procuraremos entender como as pesquisas mostram a aplicação desses preceitos atualmente dentro do mesmo município, para compreender e identificar novas estratégias para o cumprimento de suas funções objetivas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Eliza Maria. **Educar para o desenvolvimento: críticas a esse modelo em consolidação na educação infantil.** 2008. 198 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008.

BARBOSA, Eliza Maria; PIMENTA, Julia Inês Pinheiro Bolota. LUZ E SOMBRA NO PERCURSO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA. **Revista Espaço do Currículo**, v. 2, p. 146-153, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 3º versão - Versão Final.** Brasília, DF, 2017

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília, DF: MEC, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** (Lei 9.394/96). Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.** v.1-3. Brasília, DF: MEC/SEF/Coedi, 1998.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. A construção da base nacional comum curricular para a educação infantil. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED.** 38. 2017, UFMA, São Luís/MA.

NOTAS TEXTO

1 – Daniela Peccin – Mestre em Pedagogia Escolar pela Unesp Araraquara, daniela.peccin@unesp.br; 2 – Andreza Olivieri Carmignolli – Doutora em Educação Escolar pela Unesp Araraquara, andreza.o.carmignolli@unesp.br; 3 – Luiza Gomes Brandão – graduanda em Pedagogia/ UNESP Araraquara, luiza-gomes.brandão@unesp.br; 4 – Larissa Flôres Vasques - graduanda em Pedagogia/ UNESP Araraquara, larissa.vasques@unesp.br; 5 – Renata Pimentel Soares de Barros - graduanda em Pedagogia/ UNESP Araraquara, renata.barros@unesp.br